

Reciclagem, Ação Social e Política de Gerenciamento do Lixo em São Paulo

Autoria: Rozalia Del Gaudio Soares-Baptista

Resumo

Este artigo aborda o processo de mobilização dos catadores de papel em São Paulo com vistas a obter o reconhecimento da atividade pelo poder municipal. A partir de conflitos iniciados nos anos 80, catadores e prefeitura evoluíram a relação no sentido de buscar alternativas que conciliassem a necessidade de trabalho e renda dos primeiros e a manutenção de um serviço de limpeza pública condizente com a legislação em vigor. Como parte deste processo de mais de duas décadas, a maior cidade brasileira optou em 2002 pela implantação da coleta seletiva através da criação de cooperativas de segundo nível reunindo grupos organizados de catadores. Ainda que embrionária, esta decisão reflete a mudança de postura política em relação à uma questão não apenas higienista ou ambiental, mas também social e humana. Os dados apresentados provêm de pesquisa realizada nos últimos dois anos, que utiliza como procedimentos metodológicos entrevistas, grupos de discussão, observações e pesquisa documental abrangendo associações de catadores, entidades de apoio e prefeitura.

1. Introdução

A questão do gerenciamento de resíduos é um dos grandes desafios do poder municipal no Brasil. Desde 2001 um projeto de lei visando implantar a Política Nacional sobre os Resíduos Sólidos⁽¹⁾ encontra-se em discussão no Congresso Nacional, apesar da Constituição designar as municipalidades como as principais responsáveis pelo gerenciamento e pela destinação do lixo domiciliar. Esta questão acaba se tornando um pouco mais complexa na realidade urbana brasileira, pois não se trata somente de coletar e destinar o lixo, ou apenas de uma questão higienista ou ambiental ligada à organização do serviço público. Afinal, como parte de estratégias individuais de sobrevivência, uma parcela da população urbana vive literalmente do que é descartado, seja através da recuperação de alimentos nos lixões, seja através da coleta de materiais recicláveis que se transformarão em insumos para a indústria do papel, do plástico, do alumínio ou do vidro. Assim, parte do lixo gerado nas cidades acaba se transformando em fonte de renda e se encaixando em esquemas econômicos peculiares.

Depois de alguns anos de polêmicas e conflitos sobre a propriedade e o direito de coleta dos resíduos reaproveitáveis, algumas prefeituras brasileiras têm reconhecido a atividade dos catadores e tentado estabelecer políticas conciliatórias entre a necessidade de trabalho e renda destas pessoas e a manutenção do serviço de limpeza urbana. É o caso da prefeitura de São Paulo, cidade que produz 15 mil toneladas de lixo por dia, que escolheu como ator privilegiado da implantação da coleta seletiva no município as associações e cooperativas de catadores de papel.

Neste artigo, vamos discutir como evoluíram as políticas municipais relativas à reciclagem e à ação social direcionada às pessoas que vivem da coleta de materiais reaproveitáveis na maior cidade brasileira. Para tanto, utilizaremos dados de pesquisa realizada nos últimos dois anos e que visa analisar o processo de mobilização e de consolidação da categoria profissional *Catador de Papel/ Reciclador*. Através de entrevistas, grupos de discussão, observação e pesquisa documental, buscamos reconstituir a história deste movimento nessa cidade, processo iniciado no final da década de 80 a partir de um conflito aberto com a

prefeitura, e seus desdobramentos atuais, com a implantação do projeto *Coleta Seletiva Solidária* e a formação de cooperativas de catadores patrocinada pelo poder municipal.

Organizamos este artigo da seguinte maneira : no item 2 abordamos a questão da reciclagem e sua importância para alguns setores industriais no país ; logo após sintetizamos o processo de mobilização dos catadores de papel em São Paulo que acabou resultando no reconhecimento da atividade pelo poder municipal e no lançamento do projeto Coleta Seletiva Solidária, este descrito no item 4; em seguida discutimos algumas estratégias adotadas pelos grupos organizados de catadores para enquadrar e regularizar o processo de trabalho ; por fim, nas nossas considerações finais fazemos um pequeno balanço da problemática e suas perspectivas.

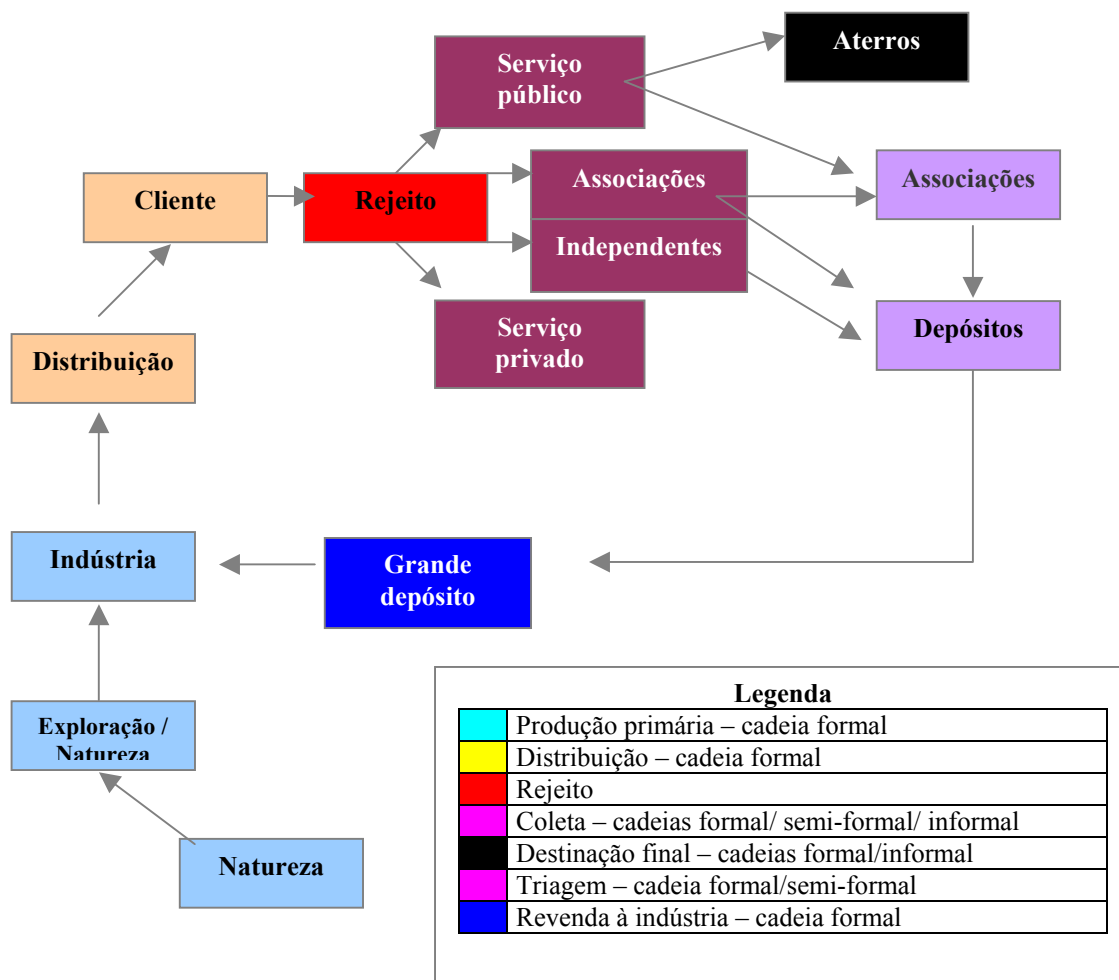
2. A coleta de materiais e a reciclagem no Brasil

As prefeituras são, por lei, as principais responsáveis pelo gerenciamento e pela destinação/tratamento dos resíduos gerados por particulares ou empresas no Brasil. Em 1997, a coleta de lixo no Brasil alcançava em média 70% dos domicílios urbanos⁽²⁾ (ALMEIDA e VILHENA, 2000). No total, os mais de 5 mil municípios brasileiros produzem 120 mil toneladas de lixo por dia (GRIMBERG, 2002), e os custos com o descarte destes materiais são estimados em 3 milhões de reais por dia (NOVAES, 2003). A prática da coleta seletiva e posterior reaproveitamento de parte do lixo contribuiria para reduzir estes custos, pois diminuiria o volume de lixo nos aterros, por exemplo. Apesar desta constatação, menos de 10% das cidades no país já adotaram oficialmente a prática da coleta seletiva (CEMPRE INFORMA : 2002).

Assim, pode-se considerar que a reciclagem é uma atividade feita normalmente a partir da coleta informal dos materiais pelos catadores, presentes em 68% dos municípios. Estima-se que 90% do material reciclado no país seja recolhido por eles (GONÇALVES, 2002). Deste trabalho individual e informal, partem as matérias-primas para a indústria do papel, do alumínio, do vidro ou do plástico. Para se ter um exemplo do que isso representa, 35% do papel existente no Brasil, em 1998, foi reciclado. Este número, considerado elevado, é resultado do perfil do mercado brasileiro, no qual 46% da produção total de papel é destinada às embalagens⁽³⁾. A fabricação de papel a partir da reciclagem ao invés das fibras virgens é mais vantajosa do ponto de vista econômico e nos últimos anos foi favorecida pela questão ambiental, apesar de que nem todos os tipos de papel podem ser reciclados. Em 1998 o Brasil foi o oitavo produtor mundial de pasta celulósica – 7 milhões de toneladas – e o décimo produtor de papel – 6,5 milhões de toneladas (ALMEIDA e VILHENA, 2000).

Na indústria do alumínio, a reciclagem é uma prática importante e que auxilia fundamentalmente na redução de custos de energia elétrica e de extração de bauxita. Razão que explica, por exemplo, os diversos programas de incentivo ao reaproveitamento do produto, postos em prática por empresas fabricantes de latas, como a Latasa SA, que valem ao país o título de maior reciclador mundial do produto (em 2002 o Brasil alcançou o índice de 85% de reciclagem de suas latas, ou seja, mais de 120 mil toneladas – ABAL :2003). Na Figura 1 representamos esquematicamente a cadeia da reciclagem com seus diversos atores, e vemos onde se situam tipicamente os grupos de catadores de materiais recicláveis, alvos do nosso estudo.

Figura 1 – A cadeia da reciclagem



Fonte : anotações de pesquisa / sistematização do autor

Neste esquema, é interessante notar a convivência de redes formais, semi-formais e informais na mesma cadeia. Se na produção primária as condições de fabricação e distribuição favorecem a concentração em grandes empresas (por uma questão de escala e complexidade produtiva), logo após a utilização do produto (papel, lata de alumínio, vidro, garrafa pet...) pelo cliente, a coleta pode ser feita desde a rede formal - representada pelos serviços públicos ou privados de coleta estabelecidos -, ou pelas associações e cooperativas de catadores - que podem ser consideradas uma rede semi-informal -, ou mesmo pelos catadores independentes ou clandestinos, que não se integraram a nenhum grupo organizado e vendem seus materiais para depósitos, na mais absoluta informalidade. A cadeia vai se formalizar e se concentrar em grandes depósitos na medida em que se aproxima da indústria, que prefere normalmente comprar quantidades maiores e lidar com um número reduzido de fornecedores.

Observamos, então, que os grupos organizados de catadores ou os catadores independentes situam-se numa situação intermediária entre a prestação dos serviços públicos e/ou a prestação de serviços privados de coleta de resíduos. Toda a luta das associações e cooperativas no sentido de fazer valer o direito de exercer a atividade se situa no meio desta perspectiva. Visto desta forma, poderíamos fazer uma simplificação dizendo que os grupos de catadores funcionam no sistema como uma disfunção dos pólos *público* e *privado*, pois se as

pessoas encontram material nas ruas para recolher é sinal que esses serviços estabelecidos não funcionaram adequadamente. Por outro lado, as situações de negligência que levaram as pessoas a encontrar na disputa pela coleta do lixo uma fonte de sobrevivência conduzem a pensar que as políticas públicas de assistência social deixam lacunas importantes. Analisando estritamente desta maneira, então os conflitos que explodiram em São Paulo nos anos 80, por exemplo, poderiam ser resolvidos simplesmente com uma política assistencial mais justa e com o desenvolvimento de serviços de limpeza pública mais eficazes. Entretanto, essa não foi a realidade, como veremos a seguir.

3. Do conflito à parceria : o reconhecimento de uma atividade geradora de trabalho e renda

A figura do catador de papéis, de garrafas ou de ferro-velho é muito antiga nas metrópoles brasileiras. A reciclagem de papel, por exemplo, se confunde com as próprias origens da fabricação do produto no Brasil, há mais de 100 anos (BRACELPA : 2003) Nessa época, a coleta de material reaproveitável nas ruas era feita sobretudo pelos migrantes ou mendigos, que recolhiam o que poderia ser comprado por donos de depósitos de material, que, por sua vez, revendiam para as indústrias que o utilizariam nos seus processos produtivos para reduzir custos de matéria-prima ou suprir a falta de insumos no país.

Essa condição de vida de exceção, guardada para pessoas em situação de extrema necessidade ou negligência social, e normalmente associada com a população moradora de rua, acaba sendo a maneira de ganhar a vida de muitos cidadãos, deslocados do mercado formal de trabalho a partir das reestruturações econômicas vividas pelo país depois dos anos 80⁽⁴⁾. Como analisa LESSA (2000) a coleta de materiais recicláveis aparece como uma atividade privilegiada para os pobres urbanos pois ela se enquadra no esquema alternativo que eles encontraram para sobreviver, permitindo recolher nas ruas os recursos naturais onde eles garimpam e criam mercadorias que vão lhes permitir o acesso ao consumo dos bens mínimos de sobrevivência. Dessa forma, aos antigos catadores – moradores de rua, mendigos, migrantes – se juntam os desempregados da reestruturação produtiva, que formam uma espécie de ciclo econômico paralelo.

O desenvolvimento da atividade de coleta de materiais recicláveis nas ruas das grandes metrópoles brasileiras não vai passar despercebido das autoridades. Instala-se, nos anos 80 uma verdadeira competição pela propriedade dos resíduos recicláveis entre os serviços de limpeza estabelecidos e os catadores⁽⁵⁾. De um lado, as prefeituras os acusando de sujar a cidade pois eles passavam antes dos serviços de limpeza abrindo sacos e *containers* de lixo à procura de material, e, ainda por cima, exercendo uma atividade marginal; de outro, os catadores reivindicando o direito às fontes de matéria-prima da indústria da reciclagem que lhes garantia um mínimo de renda para sobreviver. A partir desses conflitos, e incentivados pelo setor progressista da Igreja Católica, os catadores, especialmente em São Paulo e Belo Horizonte, começam um processo de discussão que vai resultar em ações coletivas⁽⁶⁾ e na criação de associações e cooperativas que, num primeiro momento vão lutar pelo direito à esse trabalho e, em seguida, vão construir várias estratégias no sentido de inserir e integrar os catadores de maneira mais justa no ambiente socio-econômico⁽⁷⁾.

Toda essa mobilização no sentido de institucionalizar uma atividade absolutamente informal encontra explicações teóricas mesmo em se tratando de realidades diferentes, como no caso a europeia. Como analisa CASTEL (1996), assistimos ao desenvolvimento de uma cultura do

aleatório e à proliferação de espaços intermediários, nos quais se experimentam modos de atividades bastante diferentes das formas de trabalho clássico. Dito de outra forma, a situação de estagnação econômica e reformulação do papel do Estado convivem com a necessidade de sobrevivência das pessoas, o que fundamenta o aparecimento e o grande sucesso do conceito de Terceiro Setor, compreendido como uma bricolagem incessante entre as estratégias individuais de sobrevivência e a construção de coletivos comunitários que podem resultar em formas associativas (HAUBERT, 2000).

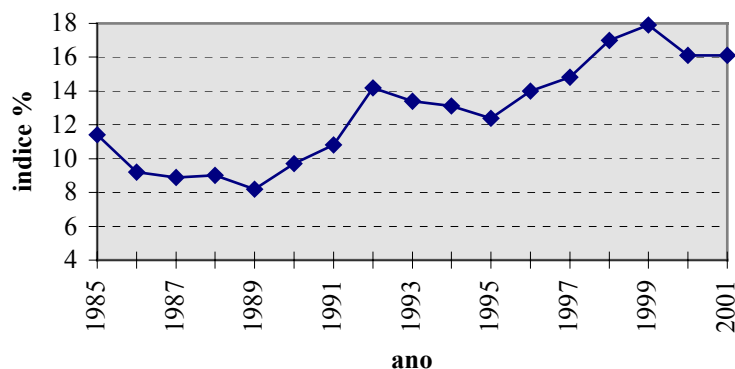
Nesse contexto, os princípios do associativismo e do cooperativismo reaparecem como alternativas a um capitalismo cada vez mais concentrado e excludente. Posicionando as associações (entendidas como estruturas formais e independentes, não comerciais a título principal e não distribuindo lucros aos seus membros e administradores e nas quais a participação é voluntária) como espaços que intermediam a passagem da esfera privada à esfera pública, autores como LAVILLE (1997) indicam que elas resultarão possivelmente em novas formas de produção de identidade e normas sociais. Chega-se mesmo ao ponto de se assinalar o surgimento de uma nova economia, que, graças ao seu caráter não mercantil, é definida como « solidária » ou « popular »⁽⁸⁾. Partindo de exemplos como as cooperativas de trabalhadores, as fábricas auto-gerenciadas ou as associações, como as dos catadores, esta economia tenta se posicionar num eixo paralelo à economia capitalista, como o resultado de um processo contínuo e histórico de trabalhadores contra este sistema (SINGER, 2000).

É bem verdade que as diversas estratégias de sobrevivência dos *excluídos* da economia formal podem resultar em um novo modelo de produção e consumo. Entretanto, existe um problema neste tipo de análise, bem apontado por LAUTIER (2000), para quem o *esquecimento* do papel do mercado neste debate é problemático. Afinal,

Polarizar o debate sobre a relação entre Estado e sociedade civil supõe, implicitamente, que a questão do lugar e do papel do mercado está resolvida, e que a sociedade civil se define e se reposiciona exclusivamente em concorrência com o Estado na partilha de um conjunto de funções. (LAUTIER, 2000, p.88 – *tradução livre*)

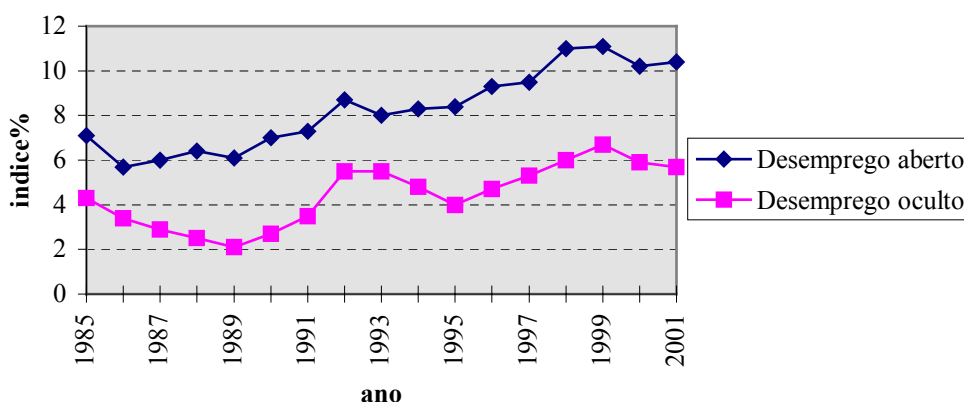
Se bem que importantes, essas divergências teóricas não serão aprofundadas neste artigo por conta dos limites de espaço e escopo em um trabalho desta natureza. Nossa atenção se debruçou de um lado sobre as estratégias primeiramente individuais e depois coletivas de organização e defesa do direito ao trabalho que resultaram na criação das associações e cooperativas⁽⁹⁾ de catadores de material reciclável, e de outro, na evolução da relação dessas organizações com o poder municipal e o mercado da reciclagem, em uma das mais de 5.000 cidades brasileiras. Assim, depois de apresentarmos sinteticamente alguns pilares que embasam a emergência do movimento dos catadores, passaremos à descrição da experiência vivida em São Paulo.

Motor do desenvolvimento industrial brasileiro, São Paulo sentiu de frente todo o impacto das mudanças econômicas verificadas ao longo das duas últimas décadas. A acelerada transição do mercado de trabalho não agrícola brasileiro fundamentado na grande empresa para a tercerização da estrutura econômica e a conseqüente perda de importância da grande empresa na sustentação do emprego direto direcionou para as atividades informais não apenas os migrantes que chegavam ao meio urbano, como os assalariados expulsos pelas atividades formais (DEDECCA : 1996). Com essa transição, o índice de desemprego na capital paulista praticamente duplicou entre os anos 80 e 2000, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Taxa de Desemprego no município de São Paulo – 1985-2001

Fonte : SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego, 1985-2001.

Apesar de a cidade ter vivido o período de pleno emprego somente durante alguns anos do milagre brasileiro (POCHMANN : 2002), a amplificação da crise do trabalho corroborou para aumentar o problema social no município, principalmente se levarmos em conta que o fenômeno atingiu até mesmo o chamado desemprego oculto, conforme percebemos no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Taxa de Desemprego por tipo – município de São Paulo – 1985-2001

Fonte : SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego, 1985-2001.

Além da crise econômica, outros elementos contextuais favoreceram o desenvolvimento de estratégias individuais de sobrevivência, como a de coleta de materiais recicláveis, no município. Na região metropolitana da capital paulista, formada por 39 municípios, há 16 cidades que acondicionam os resíduos sólidos em lixões e apenas 10 que possuem aterros sanitários (ZIGLIO : 2002). Além disso, ressalta este autor, São Paulo funciona como geradora e estoquista de matéria-prima para ser reciclada, já que se estima, por exemplo, em mais de 100 o número de depósitos e clientes potenciais do material coletado na cidade.

Do ponto de vista político e social, com a redemocratização do país, observa-se um grande movimento no sentido de mobilizar as populações carentes para a luta por melhores condições de vida, capitaneado por alas progressistas da Igreja Católica. Assim, surge um fenômeno que

alguns autores como MIRANDA (1997) chamam de Movimentos Populares Reivindicatórios Urbanos, exemplos de estratégias populares organizadas que vão reivindicar equipamentos, serviços e recursos necessários à melhoria das condições de vida de populações carentes.

No caso dos catadores de material reciclável, como a maioria deles era morador de rua ou de locais precários, constantemente eram alvo de ações assistencialistas de grupos religiosos, como distribuição de alimentos e roupas. Esses grupos de apoio, mesmo reconhecendo os problemas dessas práticas, não podiam de uma hora para outra romper com essa tradição, já que a atividade que os catadores exerciam acabava servindo como uma pequena fonte de renda, pois, ligados aos depósitos, recebiam uma remuneração muito pequena em relação ao produto coletado (em muitos casos a remuneração do trabalho era trocada pelo direito de dormir no depósito, por comida ou por bebida alcoólica). Entretanto, as ações repressivas contra o trabalho dos catadores adotadas pela prefeitura de São Paulo em meados da década de 80 acabaram despertando a necessidade de união de esforços para garantir a continuidade da atividade, e a atenção desses grupos assistencialistas religiosos, especialmente da Organização de Auxílio Fraternal – OAF -, entidade fundada nos anos 50 para desenvolver projetos com a população de ruas e cortiços. Da discussão animada pela OAF começou a surgir a idéia da mobilização para defender o direito ao trabalho.

A associação foi fundada mais como um ato político, na época, de 82 à 84 o prefeito era o Jânio Quadros, e ele falava que o lixo era tudo dele, e prendia todas as carrocinhas. Prendia todas as carrocinhas, né, e para fazer esse movimento foi a associação que reuniu um monte de catadores, organizado e não organizado, para fazer ato perante a Câmara para não acontecer mais isso. E não deixou de ser associação. (Presidente – Coopamare⁽¹⁰⁾)

A partir dessa mobilização que reivindicava o direito ao trabalho de coleta de materiais, começou um processo de negociação com o poder municipal e de cooptação da opinião pública para a causa dos catadores. Com o estabelecimento de uma primeira identidade de grupo profissional, simbolizada pelo crachá de *catador*, essas pessoas foram ampliando as esferas de ação.

Com a discussão da associação aí houve embates, manifestações, enfim, até carrinhos presos, a gente tinha que ir buscar o carrinho. Neste período eles já tinham uma carteirinha de identificação, isso era um instrumento quando os fiscais iam parar ou alguma coisa na rua, então eles mostravam a carteirinha, então já havia de qualquer jeito um respeito à organização, já sabia que atrás da carteirinha tinha um advogado, atrás da carteirinha tinha um grupo. Foram feitas manifestações... então acho que foi um crescendo, essa consciência do direito ao trabalho e já não mais como uma atividade puramente circunstancial, pontual. Mas já muito mais uma luta pelo reconhecimento daquele trabalho como uma atividade profissional. (Coordenadora - OAF)

Em 1989 surge a primeira cooperativa de catadores, a Coopamare. Apoiado pela OAF, o grupo conseguiu obter da prefeitura petista de Luiza Erundina um convênio de cessão de área para implantação da cooperativa, o reconhecimento por decreto-lei da atividade de *catador de papel* e ajuda financeira para pagar os técnicos envolvidos com o projeto. Atualmente, a Coopamare continua a funcionar no mesmo local, no bairro de classe média alta de Pinheiros, conta com 47 catadores associados e cerca de 100 independentes e já desenvolveu parcerias com empresas de papel, que compram certos tipos de material diretamente da cooperativa.

Ainda nos anos 90, a capital paulista viu surgirem várias iniciativas do gênero, algumas patrocinadas pela Cáritas, órgão da Igreja Católica, e outras por ONGs, como por exemplo o Centro Social Gaspar Garcia de Direitos dos Homens, que organizou a Coorpel. Funcionando como um projeto social, a Coorpel congrega 34 catadores permanentes, numa área alugada da

Arquidiocese de São Paulo. A prefeitura auxilia no funcionamento do projeto, destinando verbas especiais. Assim, o período de conflitos abertos parece ter resultado em uma parceria, que resistiu mesmo às mudanças políticas do município. Até mesmo porque os catadores recolhem cerca de 750 toneladas de material reciclado por dia na cidade, o que aos cofres públicos a economia de 15 milhões de reais por ano (GONÇALVES, 2002). Em 2001 a prefeitura começou a discussão sobre a criação de centrais de coleta seletiva, que reuniriam grupos organizados de catadores, possibilitando assim a geração de um maior volume de material e a venda direta às indústrias. A descrição deste projeto será o tema do próximo item.

4. Coleta Seletiva Solidária : reciclagem e ação social

No início de seu mandato (2001) a prefeita do Partido dos Trabalhadores, Marta Suplicy, elaborou junto com a Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade o que foi batizado de estratégia paulistana de inclusão social. Esta estratégia envolve um conjunto de nove programas, distribuídos em três linhas básicas de atuação: os projetos redistributivos de renda, os projetos emancipatórios e os projetos de apoio ao desenvolvimento local. De acordo com Angela Schwengber, coordenadora de um desses projetos, o *Oportunidade Solidária*, todos os programas são voltados para uma população de extrema pobreza, estimada em 590 mil famílias no município. « Conseguimos atender, até o final de 2002, 390 mil famílias, sendo 190 mil no projeto renda mínima, e 50 dos 96 distritos que compõem São Paulo », afirma a coordenadora.

O *Oportunidade Solidária* visa incentivar o aparecimento de cooperativas e associações populares que gerem renda e trabalho. Em 2002 o projeto contava com a participação de 8 mil pessoas. A tecnologia social desenvolvida vai ser utilizada na incubação das Centrais de Coleta Seletiva, programa da Secretaria de Serviços e Obras e que objetiva a constituição de cooperativas de catadores de papel de segundo nível para a implementação da coleta seletiva no município. Apoiado também pela Secretaria de Ação Social, o programa ambiciona instalar, até 2004, 31 centrais de coleta e triagem, o que deverá permitir a reciclagem de 10% das 15 mil toneladas de lixo geradas por dia na cidade. Para alinhar todos os pontos desta questão, que envolvem o social, o econômico e o político, a Secretaria iniciou um grande debate com os representantes do movimento dos catadores, coordenados pelo Fórum Recicla São Paulo, o Fórum Zona Leste Faz, o Fórum Lixo & Cidadania e o Comitê Metropolitano dos Catadores, além dos dirigentes dos principais grupos organizados. Em agosto de 2002 a prefeita criou oficialmente o projeto, através do decreto N. 42.290.

Denominado *Coleta Seletiva Solidária*, o projeto das cooperativas municipais de catadores deverá ser o principal ator da implantação da coleta seletiva na cidade. As centrais serão as responsáveis pela coleta do lixo reciclável deixado pela população nos Pontos de Entrega Voluntária (PEV's) ; caminhões de empresas de reciclagem e os catadores deverão completar o circuito de coleta (CHILE : 2003). Dessa maneira, a prefeitura ratifica o trabalho dos catadores e implanta a coleta seletiva de maneira oficial, reconhecendo que se trata de uma opção política e ideológica : « A prefeitura está reconhecendo o mercado informal, fortalecendo o cooperativismo, que é a saída para essa crise econômica que está no país », afirma Maria Inês Bertão, Coordenadora do projeto. Sobre o sucesso da implantação da coleta seletiva em uma cidade do tamanho de São Paulo a partir dos grupos de catadores, ela é mais prudente : « se fizessemos a opção de trabalhar com concessionárias, talvez a implantação fosse mais rápida, mas as centrais são uma escolha política de geração de renda e trabalho ».

A primeira central foi inaugurada em fevereiro de 2003, na região do Tatuapé. Esta primeira unidade será operada por uma cooperativa de catadores recém-criada, que congrega 20 pessoas e tem capacidade de processar 400 toneladas de material por mês (CHILE : 2003). Neste empreendimento a prefeitura investiu pouco mais de 400 mil Reais, gastos na reforma do prédio e aquisição de equipamentos como balanças, prensas e um furgão. A previsão da Secretaria de Serviços e Obras é de inaugurar outras seis centrais ainda em 2003.

Com a perspectiva de processar um grande volume de material, espera-se que o catador se aproxime do consumidor das matérias recicladas, e com isso aumente sua remuneração.

Com a Central, dependendo do tipo de material, até três atravessadores serão eliminados do processo. O valor que uma empresa de reciclagem paga, por exemplo, por uma tonelada de PET (garrafas de plástico de refrigerante) prensadas varia de R\$ 400,00 à R\$ 450,00. O catador recebe, por quilo, certa de R\$ 0,25, o que totaliza pela tonelada R\$ 250,00 (CHILE : 2003).

A próxima central a ser inaugurada deverá regroupar a Coopamare, primeira cooperativa da cidade, a Coorpel e a Recifran⁽¹¹⁾. As discussões com estes grupos começaram há mais de dois anos, mas os coordenadores, mesmo apoiando a idéia, são um pouco reticentes sobre seus resultados práticos.

A criação da Central a gente vê como uma coisa muito positiva, em termos de criar uma segunda instância, além das cooperativas locais, porque você criaria uma segunda instância para uma possível melhoria da comercialização, do desenvolvimento econômico das cooperativas, também na parte mais força política, também na educação, da formação dos catadores e na perspectiva da coleta seletiva na educação ambiental da sociedade como um todo. Então a gente vê quase como uma saída para a organização efetiva dos catadores. Agora, na prefeitura há um embate muito grande, porque essa posição não é unânime, da coleta seletiva gerida entre poder público, catadores e sociedade. A tendência é a privatização para as empresas. (Coordenadora / OAF)

De acordo com os coordenadores dos grupos de catadores, as atividades hoje exercidas pelas associações e cooperativas devem continuar existindo.

No nosso caso a gente acha que talvez não aconteça [a transferência total de atividades para a central], como isso é uma coisa que saiu em projeto de lei, a gente também fica insegura quanto à continuidade disso, de repente, muda o governo, acaba a central e aí como é que ficam os grupos ? Então eu acho assim, por questão de segurança é melhor ficar com uma perna em cada lugar. (Coordenadora / Coorpel)

As centrais deverão funcionar como um grande depósito, e poderão ser operadas por grupos organizados de catadores, com o suporte da prefeitura. A transferência de alguns catadores para estas cooperativas de segundo nível não está descartada.

Os grupos vão continuar existindo, e desses grupos a gente vai ver quais as pessoas que querem ir para Central e que vão formar esta cooperativa. Não se tem muito claro se as pessoas vão querer sair dos grupos e vir pra cá ou se familiares ou população em situação de rua, através dos grupos, vêm para cá...(Coordenadora / Coorpel)

Eventualmente algum catador da Coopamare vai vir trabalhar na Central mas isso não é obrigatório, não é sintomático. (Coordenadora / OAF)

Uma questão ainda a ser levada em conta é a convivência da coleta feita pelos catadores e a coleta motorizada, feita pelas empresas de reciclagem. Este poderá ser um problema adicional ao projeto, pois atualmente os catadores já sofrem a concorrência de catadores clandestinos que percorrem as ruas da capital com caminhonetes e kombis retirando tudo o que podem e não deixando que o lixo propriamente dito para os *profissionais da reciclagem*. Outro ponto

que merece atenção é o fato que o regulamento das futuras centrais prevê apenas o número mínimo de sócios – 20 – e não o máximo, o que poderá levar à criação de pesadas estruturas. Estas, por sua vez, poderão prescindir de um gerenciamento muito severo e que poderá bater de frente com o perfil e a realidade dos catadores. Afinal, mesmo funcionando como instâncias de socialização, como veremos no próximo item, as atuais associações e cooperativas não são ainda plenamente capazes de suprir as lacunas sociais deixadas pelos processos de negligência sofridos pelos catadores.

5. Processo de trabalho, regulação e desafios

O movimento dos catadores ganhou expressão na mídia e se desenvolveu em nível nacional nos últimos dez anos. A fim de recensear e trocar experiências, os catadores criaram uma comissão nacional que, em 2001 realizou um grande encontro em Brasília, ponto chave para a conquista do reconhecimento, em 2002, da atividade de coleta de material reciclável na Classificação Brasileira das Ocupações, o que confere uma maior legitimidade a esse trabalho. Além dessa vitória institucional, que legaliza não apenas a atividade feita em grupos organizados, as associações e cooperativas empreenderam várias ações no sentido de oferecer possibilidades de cobertura de lacunas sociais deixadas pela própria trajetória individual dos catadores. Assim, as associações normalmente oferecem cursos de alfabetização e de capacitação (este último pré-requisito para se tornar associado); mantêm estruturas de apoio na busca da casa própria; estabelecem parcerias no sentido de oferecer acesso a tratamento médico e dentário aos catadores e seus familiares; e tentam estabelecer laços de sociabilidade que resultem na formação de identidade profissional e na constituição de uma espécie de classe ocupacional.

Para os associados, a identificação enquanto grupo profissional é dada pelo uso de crachá e de uniforme. O uso de equipamentos de proteção individual, como luvas, óculos de proteção ou protetor auricular, mesmo sendo necessário, não é uma prática da atividade. Durante a primeira parte da nossa pesquisa, observamos uma grande resistência da parte dos catadores, de um lado por desinformação sobre a importância de proteger a integridade física durante a execução de uma atividade profissional, de outro por inadequação de alguns desses equipamentos às manipulações necessárias durante a coleta e a triagem dos resíduos.

No que se refere ao processo de trabalho, notamos que ele continua a ser feito de maneira individualizada e solitária. Assim, o catador deve desenvolver suas próprias estratégias para encontrar o material reciclado e, muitas vezes, é ele quem faz a separação do material. A atividade de coleta pode ser feita de duas maneiras: ou o catador sai para a rua com o carrinho de mão e busca o material em áreas comerciais, residências ou de escritório, indistintamente, percorrendo desta maneira a cartografia social da cidade (RODRIGUEZ, 2002), ou então ele estabelece acordos com porteiros, vigias ou síndicos de condomínios ou centros comerciais, e vai buscar diretamente lá o material. Essa liberdade de ação pode gerar um comércio paralelo, no mínimo, interessante:

Tem gente que às vezes recolhe latinha em alguma boate de alguém, a pessoa lá dentro quer ganhar alguma coisa, aí ele fala ‘te dou tanto’. Aí ele dá, mas aí é lógico que ele vai fazer pra ele ganhar, né, eu falo assim, que ele ganhe também. É o jogo de cintura deles. (*Educador – Coopamare*)

Em alguns casos, quando os catadores coletam muito material, chegam mesmo a *empregar* ajudantes na hora da triagem. Cada material deve ser separado antes da pesagem, pois os preços são variáveis. Uma vez o material triado e pesado, a associação se ocupa da venda.

Semanalmente ou quinzenalmente o catador associado recebe o valor equivalente da venda, deduzido de uma porcentagem que varia de 10 à 20%. Esta porcentagem retida serve para cobrir gastos com a manutenção dos espaços de trabalho e formar um fundo de reserva para o pagamento de prêmios de produção.

A remuneração média de um catador oscila de menos de um salário-mínimo (R\$ 200,00 no final de 2002) à três salários-mínimos, dependendo da quantidade de material trazida e do preço do material praticado pelo mercado. A título de exemplo, para obter uma remuneração mensal de R\$ 200,00 em dezembro de 2002 em São Paulo, o catador deveria pesar 570 kg de papel branco ou 1500 kg de ferro por mês. Apesar da maioria dos estatutos indicarem a exclusividade da entrega do material na associação ou na cooperativa, os catadores às vezes burlam essa norma, principalmente se o preço praticado pelos depósitos encontra-se mais elevado. Muitos também exercem outras pequenas atividades na rua, que podem gerar uma renda extra:

O meu trabalho é chegar quatro horas da manhã no restaurante, você entendeu , e pegar minhas latinhas. E oito horas da manhã, pegar os papel branco num colégio. E meio-dia, pegar aqui na casa da mulher, aqui na, perto deste colégio, na rua Popovick aí. E duas horas da tarde é dar uma corridinha lá na rua. E vou aí na rua, o que eu arrumar... e às vezes tem também entulho que às vezes a gente tira de feira, tem muita feira aí... (*Catador – Coopamare*)

A fim de criar um ambiente de socialização e como parte da proposta de formação da identidade de grupo, os associados têm que participar de reuniões semanais. Essas reuniões são informativas e/ou deliberativas e podem, em alguns casos, serem seguidas de um almoço comunitário, como é o caso da Coopamare, ou de formações especiais. Na Coorpel, como existe uma cantina que serve café e almoço, os catadores já almoçam juntos praticamente todos os dias, pagando em média R\$2,50 por dia. Dessa maneira, as organizações buscam diferenciar-se das práticas dos depósitos, muitas vezes vistos como locais de exploração e onde são criados laços de dependência a partir do vício ou do clientelismo. A existência de normas e a regularidade da remuneração são os principais diferenciais entre as associações e os depósitos, na visão dos catadores.

Acho que vir para cooperativa é aquilo, né, você largar de ser explorado pelo dono do ferro velho e ter sua autonomia mesmo, saber que aquilo que você está mandando para caçamba é aquilo que você vai receber. É esse o objetivo aqui de todos. E também de crescer aqui dentro, crescer assim no objetivo, tanto no sentido tanto de material quanto de ser humano também. (*Catador – Coorpel*)

Iniciado como um movimento reivindicatório, a partir da « manifestação da construção coletiva de uma noção de direitos que relacionada diretamente à ampliação do espaço da cidadania dá lugar ao reconhecimento público de suas carências” (JACOBI, 1991, p.73), o movimento dos catadores parece estar em evolução na direção de se transformar no que se convencionou chamar de Novos Movimentos Sociais, na medida em que incorpora o discurso de defesa do meio ambiente e da reciclagem como meio de proteção ao planeta. Assim, boa parte da visão e da estratégia das associações de catadores passa pelo despertar da consciência ecológica e do posicionamento dos catadores como agentes privilegiados de proteção ambiental. Neste sentido, eles incorporam uma imagem que dá um outro sentido para a atividade desenvolvida.

Eu vejo assim, aquela imagem, eu vejo [o catador] como o agente ambiental, como o anjo da cara suja. Porquê nós somos o anjo da terra, somos anjos, é verdade, somos anjos (...) se você analisar profundamente, a gente é anjo, que está fazendo um trabalho para o planeta. (*Catador - Coorpel*)

Além dessa busca de legitimação e de reconhecimento da atividade, o movimento dos catadores se auto-proclama como um meio de promoção da cidadania, na medida em que integra o catador na paisagem urbana de uma maneira mais « aceitável » e possibilita que ele tenha acesso a um modo de consumo das condições materiais mínimas de vida, como a moradia, o convívio num grupo social ou mesmo aos serviços médicos.

Na cooperativa aí já melhora mais, já tem alguém aqui, a Amélia [assistente social], ela procurou médico para gente fazer uns exames, arrumou médico, dentista, às vezes até uma escola para gente estudar, então a gente tem mais esse apoio aí desse lado. (*Catador/Coorpel*)

O discurso dos associados reflete ainda um outro ponto interessante, que é a diferenciação que eles fazem questão de manter em relação aos outros moradores de rua, fundamentada sobretudo no fato de que eles sobrevivem do próprio trabalho. Assim, por meio do trabalho eles incorporam uma imagem que lhes permite uma certa integração social e lhes confere uma dignidade diferente da dos outros pobres urbanos.

Somos gente que temos caráter, que somos dignos, não vamos partir num lado criminoso mas vamos nos sujeitar a uma parte, a trabalhar sendo discriminado, mas vamos levantar a cabeça, vamos trabalhar, vamos chegar de noite, botar a cabeça tranqüilo... então esse é o povo que está na reciclagem. É aquele que não se entrega fácil não. Essa é a minha história, a história dele, a história dele...(*Catador / Coorpel*)

É porque tem muita gente que não reconhece o serviço da gente. Critica muito, acha que a gente é um mendigo, acha que a gente é um ‘Zé Ninguém’. Mas não é. Mas eu acho assim, todo mundo neste mundo, por mais ruim que seja, tem que ter uma segunda oportunidade. Porque senão as coisas não vão para frente. (*Triadora – Coopamare*)

Entretanto, algumas vezes a vergonha de exercer uma atividade ligada ao lixo transparece nos depoimentos dos catadores, como se interiormente eles ainda se debatessem entre aceitar a institucionalização e enfrentar o olhar dos outros, especialmente o da família. Um sinal que a estigmatização ainda resiste aos processos de valorização da categoria.

Quando vinham os repórteres aí, eu saía lá correndo, porque eu tinha medo da minha família me ver. Aí outro dia, eu escondi, escondi, escondi, e o repórter me filmou sem eu querer. Aí eu fui na casa do meu pai. O meu pai me perguntou assim: ‘você está trabalhando?’ eu falei assim ‘estou não, senhor, estou desempregada’. Ele falou: ‘é mentira’. ‘Mas eu estou falando...’ Ele falou: ‘você trabalha na Coopamare, que é ali perto da João Moura’. Ah, aí depois disso eu não ligo mais não (*Triadora – Coopamare*)

Podemos notar então que mesmo com a busca de valorização da atividade e todo o suporte recebido da mídia e mesmo do poder público, os catadores ainda têm um longo percurso a percorrer no sentido de suplantar as negligências sociais que marcaram a sua existência e considerar o trabalho que desenvolvem como uma ocupação efetiva e reconhecida como tal. Um importante passo já foi dado, mas ainda há muito o que fazer.

6. Considerações finais

A institucionalização da atividade de coleta de materiais recicláveis deu-se como uma resposta à luta pelo direito ao trabalho de uma certa categoria de pobres urbanos brasileiros que, descartados do mercado de emprego formal, encontraram na atividade um meio de sobrevivência primeiramente individual e posteriormente coletivo. De outro lado, atendeu também à uma disfunção dos serviços estabelecidos de limpeza pública. Dessa maneira, ao

conceder aos catadores o direito de coletar seus materiais e assim desestrangular a necessidade de investimentos em infra-estrutura e aterros sanitários, as prefeituras consolidaram um modelo de trabalho anteriormente considerado marginal.

A incorporação do discurso ecológico pelas associações e cooperativas veio adicionar uma outra dimensão de legitimação ao movimento, funcionando como uma estratégia de valorização do trabalho desses indivíduos, mesmo que as condições extremamente agressivas de execução da atividade (tais como o peso dos carrinhos que eles puxam - em média 400 kg - , a ausência de equipamentos de proteção individual adequados à atividade e a exposição aos riscos de contaminação durante a manipulação do lixo) continuem a existir.

Se a reciclagem é parte importante da engrenagem econômica de alguns setores industriais no país, como a indústria do papel, do alumínio ou do vidro, as associações e cooperativas de trabalho não são auto-sustentáveis, dependendo de ajudas financeiras externas. Assim, a longevidade dessas iniciativas e sua expansão restam inibidas pelos aportes externos de dinheiro e, conseqüentemente, podem reproduzir a longo prazo as condições de exclusão que elas buscam exterminar. A saída para esse impasse passa pelo aumento da capacidade de coleta e processamento de material reciclável, para venda direta à indústria, é dependente ou de melhorias operacionais nas condições de trabalho, como a coleta motorizada ou a triagem automática – o que implicaria a redução de necessidade de mão-de-obra – ou do aumento do número de associados – o que parece pouco provável diante das instalações físicas atuais das associações.

Ou, então, poderia advir do sucesso de iniciativas como as Centrais de Coleta Seletiva Solidária, em implantação na cidade de São Paulo e que deverão funcionar como uma cooperativa de segundo nível, agrupando materiais de vários núcleos de catadores. O problema, neste caso, é integrar os catadores independentes ao processo a fim de que a coleta seletiva no município alcance os níveis de processamento de material esperados ou não seja boicotada terminando nas mãos de grandes concessionárias.

Outra observação diz respeito à própria execução da atividade. Enquanto ela restar individualizada e não forem criados espaços e oportunidades de socialização mais efetivos, não se tornará real a proposta de criação de solidariedades orgânicas e de uma categoria profissional, como esperam os teóricos do movimento. Assim, o grupo poderá eventualmente resistir às pressões e oscilações do mercado, mas correrá o risco de não se posicionar tão privilegiadamente em relação à economia capitalista, continuando a reproduzir condições de não-inserção social.

Finalmente, analisando o período de pouco mais de dez anos do movimento, é visível a evolução da relação entre os catadores e o poder municipal paulistano. O período de conflito foi substituído pela proposta de parceria. Os resultados práticos da coleta seletiva realizada pelos catadores, os acordos com a prefeitura, o reconhecimento da atividade na CBO e a implantação das centrais de coleta deixam entrever uma tentativa de busca de « paz social » em São Paulo, que certamente poderá auxiliar no reconhecimento da atividade e no processo de reinserção – ainda que precária – deste profissional no meio ambiente urbano.

Notas

1. Uma comissão especial foi criada para discutir o assunto, tendo como relator o ex-deputado federal do PPS Emerson Kapaz. O projeto prevê que a responsabilidade pelos resíduos dos processos produtivos será do produtor ou solidária ; e que a responsabilidade pós-consumo será compartilhada entre o poder público, o setor produtivo e o consumidor (CAMPANILI : 2002). Como o projeto de lei não foi votado, o Governo Federal, através do Ministério das Cidades, está estudando uma alternativa que viabilize a implantação de partes do projeto, especialmente a criação de um Fundo de Limpeza Urbana e subsídios a empresas que usem material reciclado (CANUTO : 2003).
2. É preciso notar as disparidades regionais sobre a questão da coleta domiciliar do lixo: enquanto em São Paulo 97% dos domicílios são atendidos pela coleta de lixo, no Maranhão este número é inferior à 40% (ALMEIDA e VILHENA, 2000).
3. A produção de embalagens consome 80% das aparas de papel reciclado. Os outros consumidores são os papéis higiênicos (18%) e os papéis destinados à impressão (2%). (ALMEIDA e VILHENA, 2000).
4. É interessante notar as disparidades entre as estatísticas sobre o número de catadores de papel no Brasil hoje. De acordo com as organizações que apóiam o movimento dos catadores, existem pessoas que exercem a atividade entre a perda e a obtenção de um trabalho, normalmente precário ; os catadores ligados aos depósitos e que não necessariamente se dedicam exclusivamente à atividade ; e aqueles ligados à uma cooperativa ou associação que vivem exclusivamente da coleta de materiais. O Forum Nacional Lixo & Cidadania (2003) estima em 6 mil o número de catadores em São Paulo.
5. Não necessariamente as prefeituras estavam interessadas em fazer uma « reserva de mercado » da reciclagem, pois 64% das cidades brasileiras continuam a jogar os seus resíduos ao ar livre (FORUM NACIONAL LIXO & CIDADANIA : 2003).
6. No sentido definido por GAMSON (1990), que conceitua ação coletiva como uma articulação resultante de um sentimento partilhado de injustiça e que vai engendrar a criação de uma identidade comum face a um outro (no caso as prefeituras), normalmente visto como adversário.
7. A exemplo do que aconteceu, alguns anos antes, na Colômbia. Neste país, cerca de 300 mil pessoas, ou seja, 1% da população total, vive da atividade de coleta de materiais recicláveis. Para mais detalhes, ver RODRIGUEZ (2002).
8. É preciso notar que há divergências conceituais entre os autores europeus e latino-americanos sobre o melhor conceito desta « nova economia ». LECHAT (2003) faz a seguinte síntese dessas diferenças: « Para Laville e Roustang (1999), o conceito de economia solidária proporciona uma ênfase sobre o desejo primeiro da economia social na sua origem de evitar o fosso entre o econômico, o social e o político, pois é na articulação destas três dimensões que se situa o essencial da economia social ou solidária. O termo, segundo esses autores, tenta dar conta da originalidade de numerosas iniciativas da sociedade civil que não se encaixam na trilogia legalizada na França das cooperativas, mutualidades e associações. (...) Para realidades como as dos países em desenvolvimento da África e da América Latina, diferentes das que existem nos países do norte, o termo economia popular é preferido por autores como Nyssens (1994 e 1996) e Larrachea que, neste caso, buscaram inspiração em Luís Razeto. Segundo tais autores, com referência ao caso de Santiago do Chile, este setor da economia é constituído pelo conjunto das atividades econômicas cujos atores fazem parte da população mais pobre da cidade ».
9. Apesar de proclamarem os princípios do cooperativismo, muitas organizações de catadores de material reciclável não adotam este estatuto jurídico. Durante entrevista, o coordenador regional de Cáritas Brasileira em São Paulo, entidade que financiou 14 núcleos de catadores no Estado, explicou que a fragilidade de alguns grupos muitas vezes não é compatível com a legislação brasileira de cooperativas.
10. Primeira cooperativa de catadores fundada no município.
11. Associação de catadores apoiada pelos religiosos da ordem de São Francisco.

Referências bibliográficas

- ABAL – Associação Brasileira do Alumínio. Disponível em internet: www.abal.org.br, consulta de 05 de abril de 2003 às 19h42.
- ALMEIDA, M. L. O. e VILHENA, A. (Coord.). *Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado*. 2.ed., São Paulo, IPT/Cempre, 2000.
- BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel. Disponível em internet : www.bracelpa.org.br, consulta realizada em 05 de abril de 2003, às 20h25.
- CAMPANILI, M. Kapaz entrega projeto para Política de Resíduos. São Paulo, Agência Estado, 22 de maio de 2002 – 17h15. Disponível em internet : www.estadao.com.br.
- CANUTO, L. C. Governo quer política única para saneamento e lixo. Brasília, Agência Câmara de Notícias, 25/02/2003 – 11h03 . Disponível em internet : www.camara.gov.br.

- CASTEL, R. Les marginaux dans l'histoire. In: PAUGAM, Serge (Org.). *L'exclusion, l'état de savoirs*. Paris, éditions La Découverte, 1996.
- CEMPRE INFORMA. Boletim do Compromisso Empresarial para a Reciclagem. São Paulo, N.61, Janeiro/Fevereiro 2002.
- CHILE, P. Prefeitura une coleta seletiva à inclusão social. Disponível em internet : www2.prefeitura.sp.gov.br , em consulta de 25 de março de 2003, às 13h45.
- DEDECCA, C. S. Reorganização econômica e mercado de trabalho no Brasil. In: Comunicações III Encontro de Economistas de Língua Portuguesa. Macau, vol.I, 28-30 junho de 1996.
- FORUM NACIONAL LIXO & CIDADANIA. Disponível em internet : www.unicef.org/brazil/lixoecidadania, consultas múltiplas entre out/2002 e março/2003
- GAMSON, W. *The strategy of social protest*. Belmont, Wadsworth, 1990. (1975)
- GONÇALVES, H. H. *Das chances que restam, os restos que sobram*. Vida e trabalho dos Catadores de material reciclável. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. (Dissertação, Mestrado em Engenharia da Produção)
- GRIMBERG, M. E. *Abrindo os sacos de lixo: um novo modelo de gestão de resíduos está em curso no país*. Localizado em www.polis.org.br/lixoecidadania/, pesquisa de 13/10/2002, às 00h03.
- HAUBERT, M. L'idéologie de la société civile. In: HAUBERT, M. e REY, P.-P. (Coord.). *Les sociétés civiles face au marché*. Le changement social dans le monde postcolonial. Paris, éditions Karthala, 2000.
- JACOBI, P. Movimentos reivindicatórios urbanos e Estado no Brasil. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*. Montréal, v. 16, n.31, 1991.
- LAUTIER, B. Etat, marché et réseau. In: HAUBERT, M. e REY, P.-P. (Coord.). *Les sociétés civiles face au marché*. Le changement social dans le monde postcolonial. Paris, éditions Karthala, 2000.
- LAVILLE, J.-L. L'association: une liberté propre à la démocratie. In: LAVILLE, J.-L. e SANSALIEU, R. (Dir.). *Sociologie e l'association – des organisations à l'épreuve du changement social*. Paris, Desclée de Brouwer, 1997.
- LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: SEMINARIO DE INCUBADORAS TECNOLOGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES, II, Campinas. *Anais...* Campinas, UNICAMP, 2003. (mimeo)
- LESSA, C. Os ovos da serpente. In: BURSZTYN, M. *No meio da rua – nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.
- MIRANDA, T. G. *Movimentos sociais no Brasil: balanço da literatura, 1970-1995*. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997. (Tese, Doutorado em Sociologia) 2.v.
- NOVAES, W. Lixo na hora da decisão. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 08 fev. 2003.
- POCHMANN, M. *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade – novos caminhos para a inclusão social*. São Paulo, Cortez, 2002.
- RODRIGUEZ, C. A procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, B. S. *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- SEP – Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. Governo do Estado de São Paulo, Disponível em internet : www.seade.gov.br, consulta de 13 de abril de 2003 – 00h10
- SINGER, P. *Economia solidária: um modo de produção e distribuição*. IN: SINGER, P. e SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, 2000.
- ZIGLIO, L. O mercado da reciclagem de papel no município de São Paulo, Brasil. *Scripta Nova*, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (33), 2002. Website: www.ub.es/geocrit/sn/sn119-33.htm